

SESSÕES DO PLENÁRIO

19ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. HERALDO ROCHA *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. GILDÁSIO PENEDO *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Capitão Tadeu, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Fábio Santana, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joécio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Yulo Oiticica e Zé Neto. (42)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao nobre deputado Heraldo Rocha, Líder da Oposição, proceder à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Heraldo Rocha, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Isaac Cunha, comunicando sua ausência na sessão do dia 02/03/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Clóvis Ferraz, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 17 e 18/02/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Arthur Oliveira Maia, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 19 e 26/02/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, são dois assuntos que me trazem aqui hoje. Não sabia que seria o primeiro orador a falar no Pequeno Expediente, mas já mandei pegar o jornal *A Tarde* de hoje, que tem como manchete: 452 pessoas assassinadas em 85 dias na capital e Região Metropolitana. Isso significa 6 assassinatos por dia, deputado Heraldo Rocha. É uma guerra. A gente tem visto em outros países confronto entre etnias diferentes e não tem tido uma média de mortes como tem tido os assassinatos na Bahia.

Uma média de pouco mais de 6 assassinatos por dia merece ter uma reflexão. A Casa não pode ficar parada. Eu gostaria, até a hora que chegar o presidente da Comissão de Segurança desta Casa, sugerir para que sejam convocados, se for necessário, o secretário da Segurança Pública, porque não pode. Eram 3 assassinatos, viraram 4, 5 e agora são 6 por dia, segundo o jornal *A Tarde*, e não se toma nenhuma providência.

Se formos ver os delegados, são quase 150 municípios sem delegados no interior do Estado da Bahia. Tem delegados concursados aqui, em torno de 100, e nenhum foi chamado. Saiu publicado no *Diário Oficial do Estado da Bahia* dizendo que eles haviam passado e, a partir daquela data, estariam incorporados ao corpo de funcionários do governo do Estado da Bahia. Isso no ano passado. Decorreram mais de 7 meses e nenhum delegado foi nomeado. Já estive pessoalmente com o secretário da Segurança Pública e com o delegado-chefe e eles disseram: deputado, veja o que você pode fazer para ajudar, não sei mais o que fazer para pedir para que sejam nomeados. Então, o secretário da Segurança quer, o delegado-chefe quer e a coisa não sai.

No ano passado diziam, deputado Gildásio, que era problema orçamentário. O número de assassinatos já era enorme, mas não chegava ao número de 6, até refreei um pouco as críticas, se é orçamentário vamos entender, mas davam uma garantia que este ano iriam tomar as providências. Agora, não tem crise que resista a 6 assassinatos por dia, só na Região Metropolitana.

Tivemos na quinta-feira passada uma sessão especial aqui, onde compareceram vereadores de 45 municípios do Estado da Bahia e praticamente na sua unanimidade, um dos problemas que os Sr. Vereadores trouxeram aqui para esta Casa Legislativa foi o problema de segurança, já chegando no interior, o narcotráfico e crimes aumentando. Nós vamos esperar até quando para que haja solução, para que tenha um resultado que pelo menos dê uma certa tranquilidade?

Eu não gostaria de falar, mas vou. Na semana passada, no sábado, um bandido entrou na minha Casa. Sorte que tenho tudo filmado, levei para a polícia. Esta já identificou quem é, não sei se pegou ainda, é um bandido que andava circulando em todo o Caminho das Árvores. Então vou esperar o quê? Se me pega lá dentro, ou ele me matava ou eu matava ele. Meu filho tinha acabado de entrar e subir. Se ele encontra com meu filho, ou ele matava ou meu filho matava.

Vamos esperar o quê? Então, a coisa já está se agravando, já passou do limite. O número de assassinatos está grande. Será que vamos esperar matar quem agora para se tomar providência? Porque quando se mata alguém que tem um grande prestígio, aí sim a polícia apura em 24 horas. Mas esses 6 assassinatos por dia já passaram do limite de tolerância. A Bahia tem que ter tolerância zero a partir de agora, senão vamos ficar presos dentro de nossas residências, e os bandidos continuarão matando.

Está virando brincadeira o narcotráfico. Em qualquer ponto que haja uma sinaleira, ficam aquelas criancinhas trabalhando e algumas mulheres, mulheres de aluguel, fazendo de conta que estão tomando conta das crianças, que são seus filhos. E ao lado delas ficam 5, 6 bandidos. O bandido que entrou em minha casa é um dos que ficavam em um dos pontos no Caminho das Árvores.

Então, vamos esperar mais o quê? Passou do limite. Espero que o atual presidente da Comissão de Segurança Pública, eficiente e dinâmico, tome as providências necessárias, convocando o secretário, para se ver o que é preciso fazer, porque parados não podemos ficar.

Segundo a manchete de hoje, repito, foram 452 assassinatos em 85 dias. Vou dar a matéria como lida e entregá-la à Taquigrafia, para que fique nos Anais desta Assembleia Legislativa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa)

Desistiu?

Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho, pelo tempo de até 5 minutos.

Convido o deputado Ferreira Ottomar a tomar assento à Mesa para que o deputado Gildásio possa fazer seu pronunciamento.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galeria, quero, neste momento, felicitar Salvador pelo 29 de março. Ontem, deputado José Nunes, Salvador completou 460 anos.

Essa cidade, a primeira capital do Brasil, tem um papel histórico na formação política do Estado brasileiro. Salvador aniversaria nessa data, fruto da chegada a terras baianas do fidalgo Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, que fincou suas bases aqui no ano de 1549, mais precisamente no dia 29 de março de 1549. Essa formação histórica se deveu, principalmente, ao fracasso, naquela época, deputado José Nunes, das Capitânias Hereditárias.

O Brasil foi descoberto no ano de 1500 em terras baianas, deputado Heraldo

Rocha, no Sul da Bahia. Na base de sua principal formação política, naquele momento, deputado Yulo Oiticica, havia a cultura dos países europeus, principalmente os países da Península Ibérica. Portugal transferiu a competência para o povoamento, principalmente para a ocupação e controle das terras recém-descobertas à iniciativa privada. Em 1534, o governo português entendeu de criar as Capitanias Hereditárias para o povoamento e a colonização da região, principalmente da costa brasileira.

Foram 15 capitanias e a mais importante, eu diria, até pela posição estratégica e geográfica era a da Bahia, que teve como donatário, num primeiro momento, Francisco Pereira Coutinho, que fundou na região da Barra a Vila do Pereira, que é, hoje, denominação de um restaurante, muito em função do primeiro povoamento. Em 1549, o governo português, percebendo a dificuldade e o fracasso das Capitanias Hereditárias, resolveu criar o Governo-Geral. O primeiro governador-geral foi o fidalgo Tomé de Sousa, que aqui implantou as bases do chamado estado brasileiro, inclusive com a criação da Ouvidoria Geral, do Provedor-Mor, que era uma espécie de Ministério da Fazenda e acabou dando as bases da primeira capital brasileira, que foi a Cidade do Salvador.

Evidentemente, nós não podemos deixar de destacar a figura de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, que 30 anos atrás, fruto de um naufrágio, deputado Heraldo Rocha, na Baía de Todos os Santos, na região do Rio Vermelho, acabara chegando aqui e efetivamente foi um ponto de entrelaçamento e formação, já que ele viria, num futuro recente, casar-se com uma índia tupinambá, a chamada Catarina Paraguaçu, e acabou efetivamente dando as bases e principalmente a formação da cidade.

Não posso deixar de destacar a figura de Garcia D'Ávila, que era filho bastardo de Thomé de Sousa, e o deputado Ferreira Ottomar sabe ao que me refiro, homem que fundou e foi muito responsável pelo povoamento no interior da Bahia. E ele aqui vinha como protagonista, principalmente, da expansão interiorana, com a formação de cultura, de roça, da expansão do gado e acabou tendo uma formação importante, até porque a região de Praia do Forte, da Torre de Garcia D'Ávila, era o principal ponto de anúncio de qualquer invasão, pois de lá se anunciava através de Abrantes e assim sucessivamente, Itapuã, até chegar ao Porto da Barra como anúncio de invasões francesas, principalmente, naquela época.

Portanto, Salvador, sem sombra de dúvida, pela sua história, tem de fato e merece, fora efetivamente a formação do seu povo, essa mistura fantástica que houve, essa miscigenação, que efetivamente a Salvador, com seus 460 anos, deve muito o País, o Brasil, à sua história e a sua formação.

Portanto, quero externar a minha alegria e aqui estender os meus parabéns à cidade, à Câmara de Vereadores de Salvador e também ao prefeito municipal desta capital importante, sem sombra de dúvida, a mais bela dentre todas as capitais.

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o terceiro orador

inscrito no Pequeno Expediente, o nobre deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

Convido o Sr. 2º Secretário, deputado Júnior Magalhães, para dirigir-se à Mesa e cumprir com suas obrigações de 2º secretário.

O Sr. HERALDO ROCHA:-Sr. Presidente deputado Rogério, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, Sr^{as} e Srs. Deputados, visitantes que nos dão a honra de suas presenças, hoje, mandamos incluir nos Anais da Casa, através de requerimento, uma matéria, um editorial muito bem escrito pelo Ivan, o grande editorialista Ivan Carvalho: *Quem Guarda o Guardião II*, como também uma matéria de primeira página do jornal *A Tarde*: *Holocausto baiano e Polícia matou 72 pessoas*, publicado no jornal *A Tarde* do dia de hoje.

Mas, Sr. Presidente, o presidente da UPB, Dr. Roberto Maia, deu uma entrevista muito bem feita na *Tribuna da Bahia*, no sábado, a respeito da grave situação que atravessam os municípios e particularmente os municípios baianos.

(Lê):- *“Os efeitos da crise financeira nos municípios.*

Atualmente, todos aqueles que ministram no mundo político e que estão atentos ao que acontece em nosso País, sabem que a queda de 25% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) às prefeituras, nos três primeiros meses do ano vem provocando efeitos negativos nas cidades brasileiras, e nesse contexto se insere a nossa Bahia. A isso soma-se o aumento do salário mínimo, que juntos vem causando um forte impacto nas finanças das prefeituras a ponto de provocar, na maioria delas, o atraso no pagamento dos funcionários e o repasse do duodécimo às Câmaras de Vereadores.

O impacto da crise econômica sobre as receitas públicas está sendo muito mais forte do que as previsões iniciais, em decorrência da crise que se pensava ser apenas uma “marola”. Conforme dados da Secretaria da Receita Federal, o desempenho da arrecadação das receitas administradas apontou para uma queda da ordem de 8,5% no primeiro bimestre de 2009. Só na produção industrial a queda nesse período foi superior a 17%. O que de fato contribuiu para a queda brutal na arrecadação de tributos foi a alteração na tabela do imposto de renda, que representou uma queda de 19% em relação ao primeiro bimestre passado e a redução do IPI em torno de 26%.

Esses aspectos refletem-se diretamente nas finanças dos municípios, o faz despertar para questão da renegociação das dívidas das prefeituras com o INSS, um drama que atinge a todos estes e que está sendo tratado pelo Planalto, como se não fosse um direito das Prefeituras.

Na verdade essa dívida trata-se de um grande engodo com os municípios. Segundo o presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), Paulo Ziulkoski, é preciso que haja um 'encontro de contas' entre a alegada dívida de 4.628 municípios com o INSS, que hoje é estimada em R\$ 22,2 bilhões e a dívida do instituto com o total de municípios brasileiros (5.564) que já chega a R\$ 25,4 bilhões. O acerto mostraria que os municípios estariam credores de R\$ 3,2 bilhões da União, e não o contrário.

Todos sabem que os prefeitos também tiveram um aumento de despesas com o reajuste do salário mínimo e com o novo piso salarial dos professores, além de outras obrigações, com forte impacto nas finanças municipais. Além disso, a execução orçamentária tem sido muito lenta por parte do governo federal, que, por sinal, há ainda restos a pagar de 2006, 2007 e 2008.

O Cauc (Cadastro Único de Convênio) é outro problema, porque as certidões exigidas tiram dos municípios a possibilidade de participar de convênios ou receber recursos destes contratos assinados. Para se ter uma idéia, segundo Orlando Santiago, ex-presidente da UPB (União das Prefeituras da Bahia), quase 70% dos municípios baianos estão no Cauc, o que alerta para necessidade de se debruçar sobre essas questões para encontrar as soluções possíveis.”

Sr. Presidente, não vai dar para eu ler o restante da matéria elaborada nesse final de semana por mim, não só através da entrevista do mui digno presidente da UPB, Dr. Roberto Maia, mas também de dados de um discurso proferido no Congresso Nacional pelo deputado Luiz Carrera.

A situação dos municípios é grave, e esta Casa não pode ficar omissa a ela.

Quero parabenizar também *A Tarde*, pela matéria sobre Segurança Pública, e ao nosso editorialista, o competente jornalista Ivan Carvalho, pela matéria “*Quem guarda o guardião III*”.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre deputado Ferreira Ottomar, pelo tempo de até cinco minutos. Antes, gostaria de convidar, mais uma vez, o deputado Júnior Magalhães para tomar assento na 2ª secretaria.

O Sr. FERREIRA OTTOMAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, vim a esta tribuna para fazer um pedido ao nosso secretário da Educação, pois, há 10, dias as escolas públicas estaduais não estão funcionando por motivo da greve dos agentes de segurança particular que dão assistência às escolas.

Em Camaçari, há um quartel da Polícia Militar que tem mais ou menos 400 homens. Quando há uma micareta – esse carnaval fora de época – não faltam policiais para dar assistência a essa festa que não traz nada, a não ser coisas ruins. Essas festas só trazem mortes e coisas que não prestam. Então, já que esses vigilantes de empresas particulares estão em greve, por que não se coloca um policial militar em cada escola para que o aluno possa ter seus dias de aula?

Aqui fica a minha reclamação. Acho que é falta de interesse do secretário da Educação, porque a Polícia Militar deveria assumir as escolas de 2º grau, em Camaçari. Há 10 dias não tem aula, e quem sofre com isso são os alunos. Estudante que aprende mal vai ser mal profissional.

Também quero aproveitar meus 5 minutos para prestar uma homenagem ao Hospital Santo Amaro por seu trabalho e por sua dedicação. Nesta homenagem, quero me referir aos que trabalham na recepção, nos elevadores, aos que limpam o piso, às

enfermeiras, às médicas e aos médicos pela forma como atendem seus pacientes lá. Minha filha teve uma filha prematura, com 900 gramas e menos de 7 meses. Graças a Deus, ontem, ela foi para o nosso convívio, depois de 62 dias, com 2,6 quilos; chama-se Lavínia Vitória. Para nós foi uma alegria muito grande. É o quinto neto que veio com vontade de vencer, com vontade de buscar a vida. Acredito que ela venceu.

Aquele hospital é de referência. Meu sentimento, nobre deputado Gildásio Penedo, são as pessoas pobres, humildes, não terem acesso a um hospital como aquele. Acho que os governos municipal, estadual e federal deveriam evitar ao máximo o desperdício de dinheiro, e assim, com esses recursos, o pobre tivesse acesso a um hospital público do nível do Santo Amaro. Quantas crianças perdem a vida por falta de uma assistência médica? Não é fácil uma criança prematura chegar aos 60 dias; é muito difícil. Se não houver uma boa assistência, um bom tratamento, dificilmente ela vai passar dos 10 dias.

Eu daria 50% do que ganho como deputado se o Estado fizesse por onde, fizesse a economia necessária, em todos os órgãos, inclusive na própria Assembleia Legislativa. Nós temos condições, se tirarmos as gorduras daqui, de quase manter um Hospital Santo Amaro funcionando. Repito, eu daria 50% do que recebo daqui para que isso acontecesse. Vejo tanta pobreza na Bahia, principalmente em Salvador, quantas mães de família choram pelos seus filhos que nascem e não conseguem sobreviver por falta de um hospital do nível do Santo Amaro.

Aqui ficam os meus sentimentos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre deputado Yulo Oiticica, por até 5 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero saudar os companheiros e companheiras que estão aqui na expectativa da votação que acontecerá amanhã. Infelizmente, não tivemos essa votação na semana passada muito mais por problemas técnicos do processo legislativo desta Casa. Mas, amanhã, a hora que for, votaremos esse projeto, fazendo justiça a essa categoria tão importante para as finanças e a dignidade de todos e, de modo especial, para o avanço da máquina pública do Estado da Bahia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras, antecipo-lhes a lembrança do dia de amanhã, reportando-me mais especificamente a 1964, quando o Brasil iniciava, por desejo dos militares, o momento mais difícil dos últimos tempos, no qual a ditadura Militar dava início ao processo sangüinário da perseguição à divergência da ideia, à liberdade, à democracia, da destituição do Congresso e a perseguição a tantos brasileiros e a tantas brasileiras que não admitiam a possibilidade da ausência da liberdade e da divergência na construção da Nação brasileira.

Lembro aqui do jovem estudante da Universidade Católica do Rio de Janeiro, que, naquele momento, abandonava a sua família, sua terra natal para não ser

assassinado pela ditadura militar. Ele conseguiu o amparo, a solidariedade de companheiros e companheiras do Estado da Bahia, onde, depois, se tornou um grande líder sindical e hoje é o governador do Estado, o companheiro Jaques Wagner.

Quero lembrar também, deputado Isaac Cunha, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, mulher determinada, abnegada, coerente com suas ideias na época da ditadura militar. Mesmo presa, brutalmente torturada, nem assim entregou os seus amigos e companheiros de luta pela liberdade neste País.

É verdade que, hoje, ainda muito pouco foi contado da brutal e truculenta ditadura militar em nosso país. Por mais que se escreva sobre ela e, hoje, possa se produzi-la na arte cinematográfica, ainda muito pouco se contou da tão recente brutal ditadura do nosso Brasil. É preciso que, verdadeiramente, se potencialize a abertura dos arquivos. Os da Polícia Federal já foram abertos até aqui da Bahia. Já há o grupo Tortura Nunca Mais, hoje liderado pela nossa companheira Diva Santana, que tem acesso aos arquivos da Polícia Federal e investiga todos eles.

É preciso também – e estarei, nesse sentido, enviando, amanhã, ofício ao governador Jaques Wagner – que os arquivos da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia possam ser abertos aos especialistas, aos estudiosos, aos estudantes para todos que se interessam em conhecer, verdadeiramente, a história da brutal ditadura e a passagem de tantos militantes brasileiros, de modo bem especial baianos, pela Bahia, que tanto sofreram, muitos deles assassinados e desaparecidos até hoje, e de tantos e tantos familiares que sonham e desejam chorar sobre o túmulo dos seus parentes, dos seus mortos ainda desaparecidos. Portanto, Sr. Presidente, quero fazer um apelo para que todos os arquivos da Bahia e de todos os cantos do nosso País possam ser abertos na perspectiva de contar-se a verdade.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, o ensejo para dizer que o governador Jaques Wagner dá uma demonstração de celeridade no processo de construção da Bahia de Todos Nós e agora à tarde – e quero até convidar os deputados tanto de governo quanto de Oposição em nome do governador – estará anunciando uma série de obras de construção e reconstrução de BAs em nosso Estado.

Hoje podemos comemorar a realização final das obras de tantas BRs do presidente Lula, mais de 6 anos depois. E o governador Jaques Wagner, mesmo com a crise, já inicia um processo de construção e reconstrução das nossas BAs.

Parabéns, governador Jaques Wagner, e muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o 6º orador inscrito do Pequeno Expediente, nobre deputado Pedro Alcântara, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, aqueles que já se fazem presentes aqui constantemente, é uma honra tê-los aqui conosco. Acho que amanhã é a finalíssima e, com certeza, vamos vencer, a turma do Sim.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Deputados, o que me traz neste Pequeno Expediente à

tribuna desta Casa é fazer uma referência ao trágico acidente que ocorreu na Orla, nas imediações do Bompreço, no Jardim de Alah, essa infeliz coincidência que ceifou a vida de uma médica que por sinal foi minha colega de turma, Vera Melo Ramos, e também o seu esposo Nilson Ramos. Tive a honra de ser sua colega, uma pessoa meiga, amiga, além de sermos colegas de turma privávamos da sua amizade, dela e do seu marido.

A nossa turma de 1974, que foi a turma de medicina da Universidade Federal do Estado da Bahia, era uma turma muito próxima uns dos outros. Todos os anos nos encontramos, são 35 anos, vamos fazer agora, de encontros fraternos, de amigos, e a gente sempre rotulou o ano de 1974 como o ano que nunca acabou, deputado Isaac. Realmente foi trágico para a família, ela esteve com o seu filho e se demora mais um pouco, a tal da infeliz coincidência, talvez tivesse evitado esse acidente. A família ficou realmente indignada.

Quero, através desta Casa, irei fazer uma moção de pesar, antecipar já a minha solidariedade à família. Estive no enterro dela ontem pela manhã, inúmeros colegas, enfim, uma fatalidade, mas uma fatalidade de um irresponsável. As fatalidades sempre têm por trás um irresponsável, o motorista de ônibus que dirigia em alta velocidade no local onde se procede caminhadas, e alguém ainda querendo defender dizendo que foi uma fatalidade. Não uma fatalidade simplesmente, porque um ônibus bate no fundo de 2 carros, atravessa a pista, esmaga um carro, cai na praia, só poderia, meu caro Carlos Machado, estar em alta velocidade. Ceifou a vida de uma médica, uma amiga que deixa a família enlutada e indignada. São questões também de Deus. Mas vamos querer que se apure essa questão, porque já chega de mortes violentas provocadas na Bahia, e essa, com certeza, foi uma morte involuntária, mas de um ato, de uma irresponsabilidade sem tamanho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já é rotina vermos empresas envolvidas em escândalos e levando com elas políticos, é o caso que está nas revistas, ocupou grande espaço nos jornais, da gigante da construção, que tem contrato em todos os níveis, federal, estadual e municipal, Camargo Corrêa. Está aqui a matéria em relação a essa questão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui vou mais além, temos no Congresso Nacional o Senado e a Câmara que juntos fazem o Congresso e são incapazes de fazerem uma reforma política, uma reforma tributária. Se nós como cidadão, vamos nos excluir da questão de ordem político-partidária ou até do mandato, estamos nesta Casa faz 20 e tantos anos, se fez uma Constituição Federal, promulgada em 1988 pelo maior cidadão brasileiro, o nosso querido Ulisses Guimarães, e a nossa em 89.

Daí para cá se fez remendo na Constituição, tanto na Estadual quanto na Federal, as medidas provisórias dominaram o Congresso, e quando em vida ainda eu o consultava de vez em quando quando estava na Bahia um dos maiores senadores que o Brasil teve conhecimento que foi Josaphat Marinho. Um jurista de primeira categoria, um cidadão. E ele me dizia que este país sem reforma política, sem reforma tributária não teria futuro. São as duas reformas, deputado Isaac, que acho primordiais.

Não se pode pensar em seriedade neste Brasil se não fizermos – infelizmente o nosso tempo é muito curto, mas voltaremos em outro horário, peço até tolerância para concluir o meu pronunciamento ao presidente da Mesa. Não podemos ter um País sério, onde se faz remendo na questão tributária. Temos uma crise grande, reduz-se o imposto tal, mas não há um escopo real de um País gigantesco como o nosso, que precisa de reforma tributária.

Na política, dispensam-se os comentários. Não se faz política neste País, se faz eleição! E é realmente desigual, são muito desiguais as eleições. Já concorremos a seis eleições e sentimos a desigualdade, quando filhos de prefeitos são candidatos, quando aqueles que dominaram são candidatos...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado Pedro Alcântara.

Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- (...) quando aqueles que tinham uma parceria, talvez espúria com as grandes empresas, são candidatos, e realmente eles têm às mãos recursos que nós outros, seres mortais, não temos.

Portanto, é necessária uma reforma política e que se coloque nela a questão do financiamento público de campanhas, e fiscalizando-se, para que sejam iguais as eleições. Até aqui nesta Casa vemos a desigualdade da condição eleitoral, quando há uns privilegiados, e outros ficam em cima do seu trabalho, do seu esforço pessoal.

Portanto, urge, Sr. Presidente, que todos somemos esforços no sentido de fazer a reforma política...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Pedro Alcântara, para concluir!

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Para concluir com a tolerância de V.Ex^a, Sr. Presidente, e espero que seja enérgico com todos os outros oradores, como V.Ex^a está sendo, e não lhe tiro a razão. Mas, para concluir, e retornaremos. Urge, necessariamente, é mais do que necessária e urgente, uma reforma política que o Congresso tenha capacidade de fazer, como também a reforma tributária.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o sétimo orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre deputado José Nunes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meus amigos presentes às Galerias Paulo Jackson, Srs. da Imprensa, meus senhores e minhas senhoras, quero iniciar minha fala parabenizando o deputado Gildásio Penedo pela aula de história que ele proferiu aqui desta tribuna, discorrendo sobre o primeiro governador-geral do Brasil, o fidalgo Thomé de Souza. V.Ex^a se esqueceu somente, na sua aula, deputado, de dizer que o secretário da Fazenda do governo Thomé de Souza era o Antônio Carlos de Barros, e V.Ex^a deve saber perfeitamente que esse cidadão foi condenado em Portugal e veio para cá na comitiva do fidalgo Thomé de Souza, ocupando a pasta, na época, de secretário da Fazenda. Daí talvez os

desmandos que vêm ocorrendo neste País durante todo esse tempo, porque desde aquela época já não se tinha o devido cuidado na escolha do secretário da Fazenda neste País.

Mas quero também me associar, neste momento, ao deputado Heraldo Rocha, que muito bem falou sobre a questão econômica e financeira dos municípios do nosso País, porque realmente vem atravessando uma fase muito crítica em função da queda vertiginosa das receitas, que já chega a mais de 20%, e isso vem, verdadeiramente, deixando os municípios em situação muito difícil, e em particular os municípios que estão encravados no Polígono da Seca, principalmente na região Nordeste da Bahia, onde a seca perdura por mais de cinco meses e realmente não se tem uma ação efetiva do governo do Estado para amenizar o sofrimento daquela gente. É lamentável, também, que o governo federal, num momento como este, faça do dinheiro que pertence aos municípios e aos Estados uma bandeira para combate à crise mundial, reduzindo o IPI dos automóveis. Todos sabem que é uma medida acertada reduzir o IPI dos automóveis para que se segure um pouco a geração de emprego e renda do setor automobilístico. Mas o governo federal teria outra opção, na minha avaliação, que seria, realmente, reduzir o PIS/Cofins, que também faz parte da formatação do valor tributário dos veículos e não optar pelo IPI que é o imposto sobre produtos industrializados, e como todos sabem a Constituição Federal assegura os impostos, IPI e Imposto de Renda que formam o bolo do FPM e do FPE.

De forma que não se pode pensar num momento de agonia como esse por que passam os municípios do nosso País querendo fazer cortesia, nobre deputado Clóvis Ferraz, com o chapéu dos outros, porque no momento em que o governo faz uma opção de reduzir o preço do carro dispensando o IPI ele está sem consultar os municípios e os estados, reduzindo uma coisa que pertence aos outros, porque a divisão desses impostos pertencem também em quase 50% aos estados e municípios.

Portanto, fica aqui o nosso protesto não pela redução dos impostos dos automóveis e sim a maneira como foi feita, porque poderia tranquilamente usar o PIS e o COFIS e não o IPI. Mas essa questão de se mexer nos impostos que formam o bolo que se divide aos municípios já é uma coisa até histórica no nosso País, porque começou ainda na época do governo Fernando Henrique Cardoso que começou a criar as contribuições, o governo Lula gostou da ideia e todas as vezes que necessita de mais dinheiro cria-se contribuições que não são repartidas com os estados e municípios, daí o agravamento da crise.

Acho também que o prefeito Roberto Maia foi muito feliz na sua declaração quando disse que é lamentável que tudo isso esteja acontecendo e o governo federal não possa realmente ajudar, dar a mão amiga aos municípios do nosso País, que já andam sofrendo terrivelmente, e essa situação não pode perdurar.

O presidente Lula quando esteve aqui na semana passada ouviu de Roberto Maia essas reivindicações e prometeu estudar, mas esse estudo tem que ser urgente, urgentíssimo, nobre deputado Heraldo Rocha, porque, ao contrário, os municípios de agora a mais um mês, dois meses, não mais conseguem pagar a folha de pagamento dos seus funcionários.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados.
(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Grande Expediente.

Não há orador inscrito no grande expediente.

Horário das Representações Partidárias.

O Sr. Isaac Cunha:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, deputado Isaac Cunha.

O Sr. Isaac Cunha: Sr. Presidente, amanhã teremos uma votação muito importante nesta Casa e, observando que hoje um anúncio que está sendo feito agora pelo governador no Salão da Governadoria, está sendo anunciada a recuperação de algumas BAs, creio que alguns deputados estão nessa reunião e, entendendo que é importante a participação dos deputados neste momento importante para a Bahia, pois está havendo de fato algumas recuperações e anúncios de obras, pediria a V.Ex^a que procedesse uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, deputado Heraldo Rocha.

O SR. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho ao deputado Isaac Cunha, um gentleman, um homem que tem cumprido o seu mandato com toda serenidade.

Há pouco estava lendo os blogs que chegaram e diz aqui no *Bahia Notícias* do conceituado jornalista Samuel Celestino: “*Governo é o culpado pela dengue na Bahia.*”

Os leitores do Bahia Notícias depositaram mais 32 mil votos na enquete da última semana e elegeram o governo do Estado como o principal culpado pela epidemia de dengue que se alastra pela Bahia. Para 43,07% dos leitores, a administração estadual ignorou todos os alertas de que poderia haver infestação do mosquito que transmite a doença e permitiu a onda de dengue. Já 27,11% não perdoou a população, que poderia ter feito a sua parte, mas nem mesmo foi capaz de cuidar de suas próprias residências. Confira abaixo o resultado final da consulta na íntegra.

43% - do governo que ignorou as alertas.”

Sr. Presidente, faço um apelo ao deputado Isaac, sei que é importante essas obras que o governador está lançando, não sei quais, ele diz estradas, sei que é importante, mas hoje é uma segunda-feira, estamos com sérios problemas como foi relatado pela mídia. O caso do jornal *A Tarde* que há pouco foi colocado - “*O holocausto da Bahia*” - que estão morrendo por homicídios três pessoas por dia, deputado Clóvis Ferraz. Está ocorrendo uma morte por dia de dengue. Estamos vendo um verdadeiro quadro de péssimo gerenciamento do nosso Estado, deputado Rogério

Andrade. Faço um apelo patético ao nosso nobre deputado Isaac: Vamos dar continuidade à a sessão, vamos discutir os assuntos - enquanto eles não têm deputados para falar, pula, a gente tem. Temos matérias e assuntos importantíssimos.

Há pouco eu falava sobre o problema que estão atravessando os nossos municípios, confirmado pelo deputado José Nunes, e essa mesma matéria foi relatada pelo deputado Luiz Carreira, no Congresso Nacional.

Então, faço um apelo, vamos continuar com a sessão, hoje é mais um dia de trabalho. Já não tivemos sessão ordinária na quinta-feira por causa do evento que foi promovido aqui, pelo qual parabenizo a deputada Neusa Cadore e o deputado Gaban. Vamos continuar com a sessão para que possamos relatar esses fatos tão graves que a Bahia atravessa.

Muito obrigado.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente, quero aqui lamentar o pedido de verificação de quorum do deputado Isaac. Por todo o respeito que tenho pelo deputado, neste momento, nesta tarde, poderíamos estar discutindo, como disse o deputado Heraldo, a grave crise da segurança do Estado, como noticiou o jornal *A Tarde* no levantamento que fez. Foram 452 pessoas assassinadas em 85 dias, na Região Metropolitana de Salvador.

Como dissemos aqui anteriormente, simplesmente é a falência total do aparelho de segurança do Estado. É a falência total. É uma questão de gestão de governo. Não se entendem, não há mais integração entre as Polícias Civil, Militar, no caso a Polícia Federal, e toda essa confusão dentro do aparelho de segurança que tem causado essa falta de um trabalho coordenado para que venha surtir o efeito necessário para impedir a violência.

E o que estamos vendo, na maioria dos casos, é o assassinato de jovens, inclusive dentro de salas de aula. Eu volto aqui, infelizmente ele não está presente, a questionar o deputado Yulo Oiticica que tanto defendia a questão dos direitos humanos e nunca mais o deputado falou nada sobre isso, sobre a questão da violência contra os jovens. Enfim, está um caos total na área de segurança.

E os deputados do governo que deveriam estar aqui para, inclusive o Líder do governo, debatermos essa crise no sentido de encontrar soluções simplesmente pedem para derrubar a sessão para que não haja debate. Este é um debate importante, sério para este governo realmente acordar desta letargia em todas as áreas. E o que nos preocupa mais neste momento é a questão da segurança porque o cidadão baiano não tem mais a segurança.

Ontem eu estava falando com uma pessoa do interior e ele me dizia que, no município de São Sebastião do Passé, a partir das 9 horas da noite, não se sai para ir às ruas, é como se houvesse um toque de recolher tácito pela população, porque não tem segurança. Quando a gente fala Salvador e Região Metropolitana esses índices são alarmantes, mas não ficam menores os índices no interior do Estado, deputado-

presidente Rogério Andrade.

No interior, a mesma situação, as grandes cidades, as pequenas cidades, é uma violência total, são as quadrilhas voltando a assaltar. Ontem mesmo houve uma tentativa de assalto ao caixa eletrônico do Banco do Brasil que fica na Prefeitura de Encruzilhada. Quadrilhas com armamento pesado, houve até tentativa de invasão, troca de tiros com a Polícia, felizmente ninguém saiu ferido, e os bandidos fugiram todos com armamento pesado, sub-metralhadoras.

Enfim, nós estamos vivendo sob o império da violência, e o Estado não tem sido capaz de coibir essa violência, aí falam da questão da herança do passado. Qual herança? Nós não víamos isso nos governos passados. No último governo, o de Paulo Souto, havia essa integração entres as polícias no aparelho de segurança pública do Estado, e os índices de violência existiam sim, como existe em todo o país, só que eram muito menores.

Nós estamos vendo a violência assolar a região metropolitana, em Salvador, depois que esse governo Jaques Wagner assumiu o Poder; antes não tínhamos. Todos os índices, todos os indicadores da área de segurança mudou para pior nesse governo, e a prova está aqui no levantamento de *A Tarde* que mostra o aumento, o descalabro da violência na área da segurança pública.

Portanto, nós precisamos debater o problema, e o governador precisa, realmente, vir atuar pessoalmente para que haja gestão na área de segurança, porque o cidadão baiano não aguenta mais estar sob toque de recolher em muitas cidades, não se pode mais sair às ruas devido a violência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Solicito aos técnicos que, por gentileza, zere o painel e marque 15 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, como colocamos no início do Pequeno Expediente, a grave situação que atravessam os municípios, inclusive com o pronunciamento, como já disse, no Congresso Nacional, pelo ex-secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia do nosso Estado, competente parlamentar deputado Luiz Carrera, e nós também preparamos um material que estaremos enviando ao presidente da UPB, Dr. Roberto Maia, onde ele, numa entrevista no jornal *Tribuna da Bahia*, de uma forma muito competente, coloca: (lê) “ *As dificuldades são tamanhas que há prefeito disposto a lacrar a Prefeitura. A queda da verba de repasse do Fundo de Participação dos Municípios e o aumento do salário mínimo causaram um forte impacto nas finanças das prefeituras, a ponto de provocar atraso no pagamento dos funcionários e o repasse do duodécimo das Câmaras de Vereadores. Vários prefeitos estão ameaçando fechar as portas por falta de condições de cumprir com as suas obrigações.*”

A UPB – União das Prefeituras da Bahia, agora dirigida pelo Dr. Roberto Maia, e que teve do Orlando Santiago, ex-presidente, uma atuação exemplar, e que é o

órgão que representa os Exm^{os} Srs. Prefeitos do nosso Estado, discute as dificuldades para impedir essa falência. Na verdade, Sr. Presidente, V.Ex^a que é um municipalista, o fato acontece no município. V. Ex^a que teve o seu pai, ex-colega nosso aqui, prefeito recentemente, sabe das dificuldades; temos também o nobre deputado Júnior Magalhães, esse jovem parlamentar atuante e que teve a sua senhora mãe, que hoje é deputada federal, administrando o município de Candeias, V.Ex^{as} sabem muito bem que a saúde acontece no município, a educação acontece no município, a segurança acontece no município. O Estado brasileiro, quando eu digo Estado, ele é etéreo, quem existe é o município, é a base da pirâmide social para que se possa ter um desenvolvimento econômico e social de qualidade, a qualidade de vida da população.

Quando lemos, como V.Ex^a viu, esses dados em que 32 mil pessoas dizem que o culpado pela dengue na Bahia é o governo, não é a Oposição que diz não, é a população baiana, que de 43,7% da população, 32 mil afirmaram que a culpa é do governo, é do governo, sim. Claro que os municípios têm que ter sua participação, claro que a sociedade civil, que os meios de comunicação, mas o comando, a mobilização, vocês veem que o governo chegou atrasado. Esta tragédia que estamos vivendo hoje já fora anunciada pelo ministro da Saúde no ano passado, quando estive aqui, na Bahia.

Conversei sábado com o doutor José Otávio Curvelo, médico, ex-prefeito de Itapetinga, que realizou uma excelente administração no município. Ele me falou da grave situação provocada pela dengue em Itapetinga e região.

Então, Sr. Presidente, há necessidade de esse governo descer do palanque. Eles ainda estão com o discurso de campanha. Eles precisam descer para fazer sabem qual discurso? O de combate à criminalidade e à violência; o de combate às doenças infectocontagiosas, como dengue, leptospirose e meningite, da qual estamos tendo um surto.

A população está apavorada. Então, esta Casa tem que ser a caixa de ressonância do povo da Bahia e discutir, debater soluções e alternativas para melhorar a qualidade de vida do povo da nossa terra. Não podemos mais continuar dessa maneira.

Portanto, mais uma vez faço o apelo ao meu amigo, deputado Isaac, que tem realizado um excelente mandato. Na semana passada, ele realizou aqui uma sessão com os funcionários dos Correios, uma sessão bonita, ativa, dinâmica. Faço o apelo a V.Ex^a: retire o pedido de verificação de quórum para que possamos discutir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Heraldo Rocha:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o nobre deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, hoje, segunda-feira, 30 de março de 2009, um editorialista da Tribuna da Bahia, o competente, conceituado jornalista Ivan Carvalho, fez o editorial “Quem guarda o guardião III”. Inclusive, pedi que o incluíssem nos Anais da Casa.

(Lê):- *“Na edição de sábado deste jornal, neste mesmo espaço, afirmei: tem-se*

escrito (...) que o Guardião monitora 20 mil grampos simultâneos. Há, porém, informação de que sua capacidade é para 3 mil grampos simultâneos. O governo do Estado pode, facilmente, acabar com essa dúvida, divulgando oficialmente o número exato.

A dúvida já se amplia: segundo o Sefaznews (que não é um site oficial do governo ou de entidade sindical, até onde consegui entender, mas está mergulhado na bruta confusão entre o Sindsefaz e o IAF Sindical), a capacidade do Sistema Guardião adquirido com as assinaturas dos secretários estaduais de Fazenda e de Segurança Pública, respectivamente Carlos Martins e César Nunes, seria a de monitorar de 8 mil grampos simultâneos. Então já temos três hipóteses – 20 mil, 3 mil e 8 mil.

Mas para que mistério aí? Basta o governo do Estado emitir nota oficial informando qual a capacidade do Guardião adquirido (é possível que os Guardiões possam ter capacidades diferentes e adquirentes disponham de alternativas para escolher o que comprar. A divulgação do número exato de grampos simultâneos que o Guardião pode monitorar não vai contribuir para a tranquilidade de ninguém, bandido, infrator ou cidadão de bem, mas pelo menos deixará os cidadãos informados sobre em que, exatamente, o Estado está investindo quase R\$ 800 mil por ano.

A informação sobre a exata capacidade do Guardião não dispensa outras que também estão sendo ansiosamente aguardadas. Uma delas é a destinação do sistema.

O mesmo Sefaznews que já mencionei. Quase ensurdecido com o barulho provocado pela oposição em torno da participação destacada da Secretaria da Fazenda (que não pode grampear ninguém, mesmo com autorização judicial, mas se disporia a sair escutando os telefones de suspeitos de sonegação) na compra do Sistema Guardião, o líder do governo na Assembléia, deputado Waldenor Pereira, anunciou que a Secretaria da Fazenda não o utilizará. Será usado, segundo ele, por uma “força-tarefa” integrada pela Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário e seu uso não se limitará à investigação do crime de sonegação. O Guardião veio para substituir o Sombra, da Polícia Judiciária Estadual (Polícia Civil).

O infernal Sefaznews cria caso aí também. Vou por entre aspas: “ A questão...” – e aqui é que vem uma coisa gravíssima – “...é que tendo sido comprado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o fim específico de modernização da máquina fazendária, através do Promosefaz (Programa de Modernização da Fazenda), não poderia ser usado para outra finalidade, sob pena do descumprimento de de convênio.”

Vejam que esse Guardião que foi comprado com recursos do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, era para modernização da Fazenda.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. Heraldo Rocha:- Vou concluir, Sr. Presidente.

E vai seguindo a matéria. Solicito, mais uma vez, a inclusão dela nos Anais da Casa para que as pessoas leiam, porque “Quem Guarda o Guardião III “ de Ivan

Carvalho, da *Tribuna da Bahia* de hoje, é para ser lido e relido com atenção.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Solicito ao 2º Secretário, deputado Júnior Magalhães, que, por gentileza, informe o número de deputados presentes.

(O Sr. 2º Secretário, deputado Júnior Magalhães, procede à verificação do quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- A Secretaria da Mesa informa a presença de apenas 10 Srs. Deputados. Não havendo número suficiente para continuação da presente sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*